

Mandato de 5 anos já tem 282 assinaturas

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, informou ontem, após despacho no Palácio da Alvorada, que o Presidente José Sarney está convicto de que a emenda do Senador Edson Lobão (PFL-MA) e do Deputado Mateus Iansen, fixando o seu mandato em cinco anos, será aprovada na Constituinte. A expectativa de Sant'Anna é de que a emenda, a ser apresentada amanhã, colha 310 assinaturas.

O Líder do Governo comunicou ao Presidente que até ontem pela manhã a proposta contava com 282 assinaturas, das quais 140 do PMDB. Ao final de uma reunião dos principais dirigentes do Centrão no início da noite o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, anunciou que já tinham sido recolhidas mais de 280 assinaturas para a emenda que garante ao Presidente Sarney um mandato de cinco anos.

— É um tipo de emenda — observou — que ninguém assina para depois não votar. E o número de assinaturas vai definir o mandato do Presidente Sarney.

No Palácio do Planalto, os assessores de Sarney estão confiantes na aprovação do mandato de cinco anos em função também de pesquisas feitas entre parlamentares. Até o final deste mês, o Presidente despachará pela manhã no Palácio da Alvorada (residência oficial) todas as segundas, quartas e sextas-feiras, a fim de conversar com mais tranquilidade com os políticos e ministros sobre a



Montoro e Quercia concluíram que já não é certa a redução do mandato

questão de seu mandato.

O Ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, disse que as pessoas ligadas ao Governo estão decididas a continuar trabalhando a favor dos cinco anos e que, na sua opinião, essa posição prevalecerá na Constituinte.

— Há correntes partidárias e parlamentares muito expressivas na Constituinte — disse Prisco — que estão se articulando para aprovar os cinco anos. Várias hipóteses têm sido construídas para explicar a opção por um mandato de quatro anos. Uma delas seria, por exemplo, um descontentamento com o Governo

Federal. Mas sabemos que não existe descontentamento apenas em relação ao Governo Federal, mas também a nível dos governos estaduais, deputados e senadores. Se o pressuposto para reduzir o mandato do Presidente é o descontentamento, a eleição, então, deve ser geral — completou Prisco.

Ainda com relação à duração do mandato de Sarney, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, afirmou que não fará qualquer pressão junto aos constituintes para a aprovação da emenda, embora seja pelo mandato de cinco anos.

Montoro já não confia na eleição presidencial em 88

SÃO PAULO — O Governador de São Paulo, Orestes Quercia, e o ex-Governador Franco Montoro concordaram ontem, ao final de um encontro no Palácio dos Bandeirantes, que já não há mais certeza, hoje, de que a Constituinte reduzirá o mandato do Presidente José Sarney para quatro anos e convocará eleições presidenciais para novembro próximo.

Montoro disse, baseado em "informações recentes" que "o que parecia tranquilo, a realização de eleições para Presidente da República este ano, agora passou a ser objeto de batalha".

Enquanto Montoro defende uma ampla campanha de mobilização popular para reverter esse quadro, Quercia se esquivou de qualquer responsabilidade, deixando a decisão para os constituintes.

— Tenho a informação de que não é tranquilo o resultado da votação sobre o mandato presidencial — disse Quercia.

Quercia insistiu na sua tese de que o candidato do PMDB à Presidência da República deve ser apoiado pelo Presidente Sarney.

— Acho que todo mundo vai querer o apoio do Governo. Caso contrá-

rio, seria uma inovação na política brasileira, pois pela primeira vez um candidato recusaria o apoio da situação — assinalou.

Para o Governador paulista, o PMDB "foi vítima de uma fatalidade", mas nem por isso poderá deixar de assumir os erros e os defeitos que eventualmente o Governo Federal tenha cometido.

Na sua opinião, é possível que a nova Constituição seja aprovada antes do final de março. E Quercia não vê sentido na convocação do Diretório Nacional do PMDB, como desejam os "históricos" do partido, a não ser para o preenchimento das vagas deixadas na direção.

— Essa reunião não resolverá nada na medida em que já temos uma decisão da Convenção do partido sobre as questões agora levantadas como, por exemplo, o mandato presidencial — observou, acrescentando que acha que assim como ele, os Governadores também não devem se manifestar nesse sentido.

Montoro, que esteve no Palácio para relatar a Quercia o resultado da reunião dos "históricos" em Brasília, destacou dois pontos que consi-

dera fundamentais no momento: rápida aprovação da nova Constituição brasileira e a eleição, este ano, do Presidente da República.

— Consideramos o rompimento do partido com o Governo uma questão menor — destacou.

Segundo o Ex-Governador, a reunião dos "históricos" foi uma vitória porque mais de cem parlamentares estiveram em Brasília, num sábado pela manhã, além de outros cem militantes. Montoro disse que todos se dispuseram a lutar pelas bandeiras do PMDB dentro do próprio partido. Sobre o apoio a Sarney, disse:

— O importante é defender as bandeiras do partido — disse Montoro assinalando que, pessoalmente, acredita que Sarney ficará distante da disputa sucessória.

O ex-Governador disse ainda que a reunião do Diretório Nacional do PMDB, prevista inicialmente para o próximo dia 3 de fevereiro, será uma oportunidade de dinamizar o partido para a discussão de pontos e programas.

— Temos que lutar para que as bandeiras programáticas prevaleçam sobre os interesses fisiológicos — destacou.

Lavor não assinou emenda de Iansen

BRASÍLIA — O Deputado Mateus Iansen (PMDB-PR) admitiu, na noite de ontem, que a assinatura identificada na sua emenda — que propõe mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney — não era do Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), mas sim uma rubrica do Deputado Gerson Peres (PDS-PA), o que foi confirmado pelo signatário. O esclarecimento se deu através de uma nota oficial, divulgada depois das 21h. No documento, Iansen se desculpa pelo que classificou de "lamentável equívoco".

De acordo com Iansen, a responsabilidade pelo mal-entendido cabe ao funcionário de seu gabinete encarregado de recolher as assinaturas para garantir a preferência dos parlamentares na votação da emenda de sua autoria.

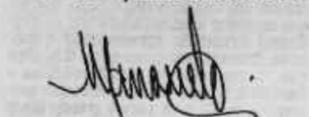
— Como a rubrica era legível, ele se confundiu e a identificou como sendo a de Mansueto. Entretanto, na verdade ela era a de Gerson Peres. Eis a íntegra do esclarecimento:

"Sr. Senador
"Comunico a Vossa Excelência o lamentável equívoco. Afirmando que a rubrica de outro parlamentar foi confundida com a sua assinatura, conforme constatação da Mesa da Constituinte. Ao tempo em que peço desculpas pelo engano na identificação da assinatura do ilustre Senador, afirmo que seu nome não consta entre os signatários e que Vossa Excelência infelizmente não assinou a



Lavor aponha assinatura de Peres

Rubrica do Deputado Gerson Peres



Rubrica de Mansueto de Lavor nossa emenda. Informo ainda que já demos ciência à imprensa.

"Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Estabilidade pode ter um novo texto. Centrão estuda acordo

BRASÍLIA — Depende de uma resposta do Centrão — que encerra hoje um processo de consultas internas — a concretização de um acordo com o "Grupo dos 32" em torno de um novo texto para a questão da estabilidade. Ontem, o "Grupo dos 32" abriu mão de sua redação, que remetia a questão à lei ordinária, em favor de um texto intermediário — pelo qual a relação de emprego fica protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei — que assegura indenização compensatória.

Este texto foi apresentado na mesa de negociações pelo "Centrinho" e conta com o apoio de alguns deputados do Movimento Unidade Progressista (MUP) do PMDB. Segundo a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que representou ontem o "Grupo dos 32" em duas reuniões com o Centrão, seus interlocutores — os Deputados José Lins (PFL-CE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Ricardo Friza (PFL-PE), entre outros — gostaram da proposta, mas com a ressalva de que precisariam consultar os demais integrantes do Centrão.

O Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centrão, que também foi às

Medeiros tenta romper o impasse

SÃO PAULO — Parlamentares do Centrão iniciam hoje negociações com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, com o objetivo de encontrar uma alternativa para a estabilidade no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte. O sindicalista, que anunciou as negociações com o Centrão, acredita que uma fórmula consensual será obtida até, no máximo, depois de amanhã.

Medeiros vai se reunir com o Centrão durante o dia e, à noite, participa de um jantar com representantes do "Grupo dos 32". Ele acredita que o resultado das negociações com o Centrão será assimilado pelo "Grupo dos 32", abrindo caminho para solucionar o impasse instalado na Constituinte, em virtude das propostas conflitantes sobre o tema da estabilidade no emprego.

O ponto mais delicado das negociações entre Medeiros, que representa sindicalistas independentes e pragmáticos, e o Centrão, é o período sobre o qual incorreria a indenização para o trabalhador demitido sem justa causa.

O Centrão não quer que as garantias no emprego (pagamento equivalente ao último salário por cada ano de registro na carteira de trabalho) sejam retroativas ao momento de contratação do empregado. Quer que a validade só conte a partir da promulgação da nova Carta. Medeiros defende justamente o contrário.

— A saída deverá ser o estabelecimento de um período determinado — disse Medeiros.



O Centrão e o "Grupo dos 32" estão em negociações sobre estabilidade

reuniões, explicou que seu grupo não está fechado a nenhum tipo de negociação, desde que seja preservado seu ponto de vista doutrinário. Disse que a questão da estabilidade deve ser muito bem discutida, já que a atual fórmula defendida pelo Centrão resultou de muita negociação interna. Essa solução garante a estabilidade após 12 meses mediante indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa.

Além de discutir a estabilidade, os dois grupos concordaram, na re-

união de ontem de manhã, com uma série de outros pontos. No caso da licença de 120 dias para as gestantes, por exemplo, o "Grupo dos 32" concordou em retirar de seu texto a expressão "de no mínimo 120 dias", considerada demasiada pelo Centrão. Este, em contrapartida, aceitou trocar a palavra "salário", mais restritiva, por "remuneração", resultando assim o texto: "...licença à gestante com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e da remuneração".

Também houve entendimento em torno da remuneração da hora extra:

Ulysses examina votação dos pontos consensuais

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pretende acelerar a votação do projeto de Constituição através de um acordo de lideranças em que sejam votados em bloco todos os pontos consensuais. Para tanto, seria feito um exame minucioso das emendas apresentadas até amanhã a fim de formar uma ideia precisa dos pontos do atual projeto que poderão ser mantidos.

— Estou estudando a possibilidade de fazermos um bloco da Constituinte, reunindo num só bloco todos os artigos que não tenham sido objeto de destaque — explicou Ulysses.

Segundo o Deputado, sua proposta divide a Constituinte em dois gran-

des conjuntos. O primeiro, com matérias onde não exista qualquer discordância; o segundo, com os artigos que sofreram emendas e serão destacados para votação em separado.

O maior empecilho para que o Presidente da Constituinte seja bem sucedido em sua proposta é o Regimento Interno, que impede qualquer alteração na ordem das votações. Mas Ulysses confia nas lideranças partidárias e nos líderes informais dos diversos grupos, que se formaram ao longo do processo constituinte, para formalizar um acordo que garanta a agilidade nas votações. Ele chegou a fazer um elogio formal à Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-

do Centrão aceitou a sugestão "dos 32" de que a hora extra seja paga, no mínimo, 50 por cento a mais, recusando de sua posição de estabelecer este pagamento em exatamente 50 por cento.

Um outro acerto foi feito no caso da imprescritibilidade das causas trabalhistas, fixada em cinco anos, e em dois a partir da extinção do contrato de trabalho. O Centrão aceitou mudar seu texto, que encerrava este prazo na extinção do contrato de trabalho.

De acordo com a Deputada Sandra Cavalcanti e com o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), a área de maior atrito entre o Centrão e o "Grupo dos 32" é a da Ordem Econômica, onde há discordâncias em questões que vão desde a definição de empresa nacional à designação do subsolo e recursos minerais como patrimônio nacional. Os estudos comparativos entre os trabalhos dos dois grupos e os da Comissão de Sistematização, contudo, apontam um índice de 60 por cento de concordância entre os três. Na opinião de Sandra, será possível, nesta área de consenso, apresentar emendas de até mesmo 400 assinaturas.

RJ), uma das coordenadoras do "Grupo dos 32".

— Congratulo-me com a Deputada Sandra Cavalcanti, que vem fazendo um trabalho neste sentido — disse.

Ulysses acredita que "abreviar a promulgação da Constituinte é hoje interesse de todos", porque a Assembleia está diretamente ligada ao processo de transição.

— Prejudicar a Constituinte é prejudicar a transição — alertou.

A partir de quinta-feira, um dia após o encerramento do prazo para apresentação de emendas, Ulysses pretende iniciar as conversações com líderes partidários, esperando que contribuam para as alterações que ele propõe.